
Contrato é assinado por Corrêa, Gushiken e Bucci.

A Rádio Justiça será inaugurada oficialmente no próximo dia 5 de maio. Nesta terça-feira (20/4), o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Maurício Corrêa, o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, e o presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci, assinaram o contrato de operação da rádio.

Maurício Corrêa agradeceu o empenho do secretário de Comunicação e do presidente da Radiobrás. “Se não fosse a atenção deles, nós não teríamos condições de colocar a Rádio Justiça no ar”, afirmou. O ministro lembrou que a Rádio Justiça tem importância igual à TV Justiça. “A rádio tem ângulo diferente porque ela tem um alcance de segmento distinto”, disse o ministro em referência às pessoas que não têm acesso à televisão. “Com isso, eu creio que a cidadania se apresenta com mais vigor, porque quanto mais a população seja informada do que é o Judiciário, tanto melhor para o cidadão”.

O secretário de Comunicação, Luiz Gushiken, lembrou o princípio da República segundo o qual é dever do Estado informar o cidadão. “E quando eu vejo que o Supremo, por decisão do ministro Maurício Corrêa, cria uma rádio transmitindo as informações da principal instância do Poder Judiciário, nada mais faz do que obedecer ao princípio fundamental da República que, apesar de simples, é de difícil materialização”.

O presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci, disse que a criação da Rádio Justiça é um passo importante na construção da democracia e no reforço da cidadania. “Com isso”, salientou, “o cidadão aprende as razões do Estado, e o Estado aprende a falar a língua do cidadão”. Afirmou ainda estar honrado em ser parceiro dessa iniciativa, “certamente de importância histórica”.

A Rádio Justiça, que em Brasília terá a frequência FM 91.1, tem por objetivo principal aproximar o Poder Judiciário da sociedade, diminuir a incompreensão da linguagem processual, explicar à sociedade o funcionamento da máquina judiciária, informar sobre como ter seus direitos defendidos e aumentar a confiança na eficácia do sistema Judiciário. (STF)

Date Created

20/04/2004